



Sumário

Prefácio da Ministra Nancy Andrichi	7
Prefácio do Ministro Luis Felipe Salomão.....	11
Apresentação da Teoria Geral do Afeto: à guisa de preâmbulo (considerações introdutórias).....	21
Preâmbulo da 4 ^a edição.....	37

CAPÍTULO 1

A construção de uma teoria geral do afeto como elemento do Direito das Famílias.....	39
1.1. O afeto nas relações humanas e nas relações jurídicas: um signo com diferentes significados	40
1.2. Afeto, afetividade e amor nas relações jurídicas como centro gravitacional do Direito das Famílias.....	53
1.3. As normas jurídicas e as relações familiaristas: as regras e os princípios do Direito das Famílias	67

1.4. A utilização da afetividade como <i>obiter dictum</i> e a inexistência de reconhecimento de sua natureza principiológica pelos tribunais superiores.....	120
1.5. Por uma teoria geral do afeto: a afetividade como um postulado (ou princípio geral) e não como um princípio fundamental do Direito das Famílias e as vantagens de um correto enquadramento	135
1.6. O conteúdo jurídico mínimo (núcleo duro) do postulado da afetividade: um elemento para a promoção da ética da alteridade nas relações familiares.....	164
1.7. Exemplos de correta aplicação do afeto como valor jurídico estruturante (postulado) das relações familiares pelas Cortes Superiores	177
1.8. A aplicação da proposta de Ronald Dworkin para o julgamento de <i>hard cases</i> e de <i>easy cases</i> nos litígios familiaristas à luz do postulado da afetividade.....	184
1.9. A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de derrotabilidade (superabilidade ou <i>defeseability</i>) nos <i>extreme cases</i> (casos extremos).....	191

CAPÍTULO 2

O afeto como estrutura normativa aplicativa nas relações familiares patrimoniais e nas questões sucessórias203

Preâmbulo ao Capítulo 2.....	204
2.1. A indenização por abandono afetivo compreendida em perspectiva ética (postulado da afetividade).....	204
2.1.1. A incidência dos instrumentos da responsabilidade civil nas relações familiares	204
2.1.2. Ato ilícito e responsabilidade subjetiva nas relações de família	208

2.1.3.	Abandono afetivo <i>versus</i> violação do dever de cuidado: aplicação da norma a partir da estrutura do postulado da afetividade	211
2.1.4.	A competência para processar e julgar o pedido indenizatório e a prescrição	219
2.2.	A separação de fato e a cessação dos efeitos patrimoniais do casamento e da união estável: interpretação das normas legais a partir da estrutura da afetividade	221
2.2.1.	A tutela jurídica da confiança aplicável nas relações de família à luz da afetividade.....	221
2.2.2.	A não comunhão dos bens adquiridos após a separação de fato como resultado de interpretação conforme o postulado da afetividade	225
2.2.3.	A questão da aquisição de bens após a separação de fato com sub-rogação de patrimônio adquirido na constância da relação e o uso do método <i>distinguishing</i>	234
2.2.4.	A relevância da definição do momento da separação de fato para a partilha de bens, a teoria da carga dinâmica da prova e o eventual cabimento de agravo de instrumento.....	236
2.3.	A exclusão sucessória por indignidade e deserção interpretada à luz do postulado da afetividade e a possibilidade de interpretação à luz da tipicidade finalística	239
2.4.	A interpretação da obrigação alimentícia à luz do postulado da afetividade	254
2.4.1.	A obrigação alimentar no sistema jurídico brasileiro.....	254
2.4.2.	O postulado da afetividade como meio interpretativo para a estipulação da obrigação alimentar	257
2.4.2.1.	Os alimentos voluntários	257
2.4.2.2.	Os alimentos em favor de enteados	258
2.4.3.	O afastamento da obrigação alimentar compreendido à luz do postulado da afetividade	264
2.4.3.1.	A relativização da reciprocidade alimentar	264

2.4.3.2. A indignidade no direito aos alimentos.....	267
2.4.3.3. A culpa pode apresentar consequências nos alimentos decorrentes das dissoluções afetivas? Uma proposta de interpretação à luz do postulado da afetividade.....	277
2.4.3.4. Liberdade <i>versus</i> culpa: a responsabilidade pelas escolhas realizadas durante a vida.....	284

CAPÍTULO 3

O afeto como estrutura normativa aplicativa nas relações familiares existenciais.....293

Preâmbulo ao Capítulo 3.....	294
3.1. O cabimento de adoção póstuma à luz do postulado da afetividade.....	294
3.2. A possibilidade de acréscimo de sobrenome de padrasto/madrasta à luz do postulado da afetividade.....	305
3.3. A convivência entre pais e filhos à luz do postulado da afetividade.....	317
3.4. O abandono digital como novo modelo de ilicitude familiar: a responsabilidade dos pais em versão 4.0 à luz do postulado da afetividade	330
3.5. A compreensão do (des)afeto no contexto das dissoluções de casamentos e de uniões estáveis.....	345
3.5.1. Um olhar interdisciplinar sobre os relacionamentos na contemporaneidade	345
3.5.2. O divórcio concedido liminarmente (em provimento jurisdicional inicial) como interpretação da norma à luz do postulado da afetividade	353
3.5.3. As ações indenizatórias decorrentes do final do relacionamento afetivo.....	357

CAPÍTULO 4

À guisa de arremate (para o infinito e além): o afeto como estrutura para a interpretação e aplicação das normas familiaristas (um postulado normativo aplicativo)	367
Referências.....	387